
EMANCIPAÇÃO HUMANA E AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**HUMAN EMANCIPATION AND POLICIES OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL****LA EMANCIPACIÓN HUMANA Y LAS POLÍTICAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR EM BRASIL**Dalmo Cavalcante de Moura¹Soraya Dayanna Guimarães Santos²

Resumo: Os programas de financiamento e desenvolvimento da Educação Superior vêm crescendo nos últimos anos, em contrapartida percebemos que a autonomia das universidades públicas tem sido colocada em debate. Sendo assim, esse artigo tem como objetivo discutir as políticas da educação superior do Brasil em uma perspectiva da emancipação humana. Esta é uma pesquisa bibliográfica de autores como Marx (2010); Jimenez (2010); Arcary (2009); Bertoldo (2007; 2011); Saviani (2004), Lukács (1978). Os resultados remetem-nos à reflexão sobre os rumos e desafios em relação às políticas públicas na continuidade dos processos de socialização e democratização da educação superior brasileira.

Palavras-chave: educação superior; emancipação humana; políticas públicas.

Abstract: Funding programs and development of higher education have been growing in recent years, however we realize that autonomy of public universities has been on debate. Thus, this articles aims to discuss the policies of higher education in Brazil in a perspective of human emancipation. This is a literature of authors such as Marx (2010); Jimenez (2010); Arcary (2009); Bertoldo (2007; 2011); Saviani (2204); Lukacs (1978). The results lead us to reflect on the direction and challenges in relation to public policy in the continuing process of socialization and democratization of higher education in Brazil.

Keywords: higher education; human emancipation; public policy.

Resumen: Programas de financiación y El desarrollo de La educación superior han ido creciendo em lós últimos años, sin embargo, nos damos cuenta de que La autonomía de lãs universidades públicas há estado en debate. Por ló tanto, este artículo tiene como objetivo discutir lãs políticas de educación superior em Brasil, em uma perspectiva de La emancipación humana. Se trata de uma literatura de autores como Marx (2010, Jimenez (2010); Arcary (2009); Bertoldo (2007), 2011); Saviani (2004), Lukács (1978). Los resultados nos lievan a reflexionar sobre El sentido y los desafios em materia de política pública em el processo continuo de socialización y democratización de La educación superior em Brasil.

Palabras claves: educación superior; emancipación humana; políticas públicas.

Introdução – A educação e a relação público/privado

Dentre os programas de financiamento e desenvolvimento da Educação Superior no Brasil, implementados pelo Governo Federal, destacamos para este estudo o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (Prouni), as parcerias Público-Privatistas, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), a Educação a Distância, a Universidade Aberta do Brasil, que diluem a fronteira entre o público e o privado.

De uma forma geral, estes programas têm o objetivo de ampliar o nível de escolarização da população e conseqüentemente a qualificação profissional, visando ampliar o acesso dos brasileiros neste nível de ensino.

O Prouni foi criado em 2004, pela Lei n. 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos³.

O Prouni é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. O Prouni possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência⁴ os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) e ainda o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

O Fies é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação. Para candidatar-se ao Fies os estudantes devem estar regularmente matriculados em instituições de ensino não gratuitas cadastradas no programa, em cursos com avaliação positiva no Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). O Fies é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em 2010 o FIES passou a funcionar em um novo formato. O FNDE passou a ser o Agente Operador do Programa e os juros caíram para 3,4% ao ano. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.

Bertoldo (2007) considera que esses programas integram a reforma universitária e é financiada por organismos internacionais: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). A Reforma Universitária pretende adequar o país às exigências internacionais que visam acabar com a fronteira entre o público e o privado. Sendo assim, enquanto as universidades privadas recebem investimentos públicos e internacionais, as universidades públicas são avaliadas e reavaliadas pelo sistema de avaliação do ensino superior para credenciar e recredenciar as universidades, mesmo que os investimentos que deveriam ser feitos não foram aplicados: contratação de professores, técnicos, reformas no ambiente físico. O que existe é a contratação de temporários por um longo tempo e a terceirização de funcionários necessários para o bom funcionamento.

Esses programas e políticas de inserção no ensino superior são formas de transferência de recursos públicos para as redes privadas da educação. O lucro é, sem dúvida, o combustível do “interesse”, cada vez maior, do setor privado na educação.

A principal crítica dirigida a essa iniciativa governamental é a de que os recursos que deixarão de ser arrecadados com a isenção de impostos poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas. Para alguns críticos da proposta, o Estado estaria comprando vagas já existentes e ociosas e, ao mesmo, tempo oferecendo um serviço de qualidade duvidosa. Por sua vez, os idealizadores

(dirigentes do MEC) argumentam que o grau de evasão fiscal nesse nível de atividade empresarial é tão elevado que aquilo que se deixaria de arrecadar seria irrisório comparado com o benefício que a ampliação do acesso à educação superior poderia oferecer.

Uma das questões preocupantes no âmbito da política educacional diz respeito à concepção de educação e que vem expressa no Projeto de Lei 7200/2006 mais conhecido como reforma universitária, que transforma a educação em simples serviço.

Conforme o art. 6º da Constituição de 1988, a educação é direito social, e passa a ser um serviço. Contudo neste projeto ela está associada a um caráter privatista, a partir de iniciativas privatizantes que dão o tom da política educacional do ensino superior.

Segundo Saviani (2004), a educação participa dessa luta comum, integrando-se, por essa via, a política educacional no conjunto das políticas sociais. Com efeito, a defesa do ensino público e gratuito e a reivindicação por mais verbas para a educação constituem um aspecto da luta pela valorização da política social em relação à política econômica.

Portanto, estamos vivendo um momento em que a educação pública e gratuita está sendo fortemente atacada, numa tentativa de mercantilizá-la sem qualquer tipo de escrúpulos. E como ficam as Universidades Públicas Nacionais?

A construção de outra política educacional no Brasil exige dos educadores/pesquisadores o conhecimento da política de mercantilização da educação em curso, tendo clareza de que o que está em jogo é a clássica luta entre capital e trabalho; a existência de projetos de sociedade que se opõem radicalmente. Os problemas educacionais são gerados pelo capital, nunca foram e nunca serão resolvidos mediante a vontade política, mas com luta e organização da classe trabalhadora (BERTOLDO, 2007).

Sendo assim, esse estudo tem como objetivo discutir as políticas da educação superior no Brasil em uma perspectiva da emancipação humana dentro da teoria marxiana. Assim, faz-se necessário a discussão sobre a centralidade do trabalho.

A centralidade do trabalho

As políticas sociais têm como pressuposto resolver os problemas da sociedade, ou seja, atuar na resolução das necessidades das pessoas e enfrentar as desigualdades. A sociedade é produtora da sua própria riqueza, sendo assim, as políticas deveriam potencializar, ou possibilitar o acesso à apropriação coletiva das objetivações humanas (BERTOLDO, 2007). Através do conceito de “trabalho” Karl Marx explica o desenvolvimento do homem e igualmente da história da humanidade. Para Marx (2009, p. 24): “A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea (*Körperliche*) desses indivíduos e a relação por isso existente (*gegebenes*) com o resto da natureza”. A educação superior tem sido reformulada para atender as demandas do mercado, sendo assim, os vários programas do governo transferem recursos públicos para IES privadas. A educação superior faz parte da estratégia da recuperação da taxa de lucro do capital, é assim que podemos perceber o envolvimento de setores privados (conglomerados empresariais)

e órgãos transnacionais que em nome de uma maior “democratização” do ensino superior implementam cada vez mais reformas que escamoteiam o verdadeiro significado, a privatização e precarização do ensino superior (JIMENEZ, 2010).

Vivemos numa sociedade capitalista, portanto, produtora de contradição (desigualdades) e entre ela a maior de todas capital/trabalho, junto com suas mazelas: exploração do homem pelo homem, lucratividade e propriedade privada. Segundo Marx (2009, p. 24):

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de subsistência (*Lebensmittel*), passo esse que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

Nessa sociedade capitalista o que é mais importante não são as necessidades humanas, mas a lucratividade, dessa forma a riqueza produzida por todos é propriedade privada de alguns, Bertoldo (2007, p. 1) argumenta o seguinte:

Isto porque o objetivo do capital é sempre a produção do lucro e para obtê-lo, só mesmo retirando do trabalho, através do processo da mais-valia e de formas as mais diferenciadas, como a redução do trabalho vivo e a intensificação do trabalho morto, o desemprego, a criação de um exército de reserva, etc.

A política pública social é um paliativo muito mal feito diante do número de pessoas que vivem com fome, miséria e desemprego. O Estado interventor no Brasil não resolveu o problema da desigualdade e nem poderia, pois esbarra no limite da política, não alcançando a emancipação humana (BERTOLDO, 2007).

A satisfação dessas necessidades básicas, elementares, é o fundamento do ser social, ou seja, o homem surge enquanto ser pensante, quando mantém um intercâmbio com a natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades. Argumenta Marx (2009, p. 32): “Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento”.

Dessa forma, a ação do homem é direcionada por finalidades que são objetivadas através do trabalho (intercâmbio com a natureza), contudo, o trabalho não é a totalidade das ações humanas, existem as teleologias de segunda ordem, a saber: a linguagem, o direito e a educação entre outras, são mediações entre os homens na sociedade e o trabalho é a mediação entre o homem e a natureza para satisfazer suas necessidades primárias. Tendo uma necessidade, o homem se pergunta: Quais matérias usar? Que meios usar? (LUKÁCS, 1978).

O trabalho coloca em movimento a própria história, como resultado das ações humanas. Segundo Marx (2009, p. 32):

Os seus pressupostos são os homens, não num qualquer isolamento e fixidez fantásticos, mas no seu processo, perceptível empiricamente, de desenvolvimento real e sob determinadas condições. Assim que esse processo de vida ativo é apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos – como é para os empiristas, eles próprios ainda abstratos -, ou uma ação imaginada de sujeitos imaginados, como para os idealistas.

Constatou-se que a perspectiva apontada da política educacional (Prouni) toma a política e não o trabalho, como categoria fundante do ser social. O deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política expresso no referido programa tem como base o ideário neoliberal, cujo, o objetivo é difundir junto aos docentes sua total desvinculação com o processo de luta de classes que ocorre na sociabilidade capitalista (BERTOLDO, 2011).

Qualquer sociedade tem como fundamento o trabalho, porque é ele que responde às necessidades mais básicas como vimos acima. De acordo com Bertoldo (2011):

Uma das características fundamentais que Marx verificou na categoria trabalho é a sua capacidade de produzir para além daquilo que foi planejado e, por esta razão, ele está continuamente produzindo o novo. O problema, conforme ele verificou, é que numa sociedade fundada na propriedade privada, o trabalho excedente é apropriado apenas por uma parcela dos indivíduos, o que faz com que a acumulação se baseie cada vez mais, numa contradição entre capital e trabalho.

Na sociedade capitalista o que existe é a contradição entre o capital e o trabalho, assim, as políticas educacionais não levam em conta este fundamento, o trabalho, deslocando a centralidade do trabalho para a centralidade da política no âmbito da política educacional superior. A educação superior é mais um mercado a ser explorado pelo capital, daí o interesse do empresariado em manter um diálogo que possibilite atuar diretamente nos sistemas educacionais formulando: ações, intervenções para melhorar, democratizar a educação.

Em torno de todo programa que é lançado há uma grande publicidade como se a questão da educação estivesse sempre precisando de um novo plano, uma nova gestão, organização; isso mostra a perspectiva do limite da política, em virtude desta ser um reflexo da sociedade capitalista, assim mudar a educação em todos os seus níveis significa não mudar a lógica do capital. Dessa forma, a educação apenas faz o que pode fazer dentro desta sociedade capitalista: reproduzir a lógica do capital, ou seja, expressando um caráter sempre mercantil (JIMENEZ, 2010).

A mercantilização da educação: o público e o privado

Na sociedade capitalista tudo é transformado em mercadoria e a educação não é diferente. O Estado representa a manutenção do sistema capitalista, pois garante as estruturas do modo de produção capitalista: exploração do homem pelo homem, propriedade privada, concorrência. Segundo Bertoldo (2007) dentro dessa centralidade da política o enfrentamento das desigualdades e dificuldades da educação pública e sua concorrência com a educação privada não são levados em conta pelas políticas educacionais atuais. O enfrentamento verdadeiro e crucial é a contradição entre capital e trabalho.

A atual situação vem mostrando que a educação vem se desenvolvendo no discurso da competência e habilidade para formar um novo trabalhador. Com o processo de privatização, a educação pública em seus vários níveis perde o contato com a realidade do saber socialmente produzido em nome da técnica, qualidade, produtividade do capital em busca da lucratividade (BERTOLDO, 2007).

Assim, podemos dizer que as políticas educacionais implementadas da sociedade capitalista reproduzem a contradição entre capital e trabalho. A educação tem sido tratada como mais uma

mercadoria, exposta nas prateleiras dos serviços ofertados em abundância em seus vários níveis: básica, infantil, fundamental e superior. Segundo Arcary (2009, p. 354): “o capitalismo brasileiro criou um monstro social: o *Apartheid* educacional. A escola privada hoje no Brasil não é somente um fenômeno educacional é um fenômeno econômico”.

Essas medidas nos mostram a tentativa de mercantilizar cada vez mais a educação e agora com uma novidade descarada ainda mais explícita: a legislação de leis aprovadas pelo governo brasileiro. Na educação brasileira é determinante a concepção de formar para o saber fazer instrumental, para o trabalhador desenvolver habilidades e novas competências para ser inserido no sistema de produção capitalista.

O governo de FHC foi o promotor da mercantilização do ensino superior e no governo seguinte, de Luis Inácio da Silva (Lula), esse processo continuou de forma aprofundada. Em que consiste isso?

Significa que o governo tem diminuído cada vez mais os recursos em universidades públicas ao favorecer através de seus programas a transferência de fundos para a educação privada, a exemplo do: Prouni e FIES. Assim, são repassadas para IES privadas dinheiro público nas mais diversas formas sendo a diminuição de impostos é uma delas. Sobre isso Bertoldo (2007, p. 07) argumenta que: “as instituições de ensino superior de natureza privada, diferentemente das públicas, têm como objetivo o lucro”.

De acordo com o Censo (2010)⁵, o número de alunos matriculados nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior do Brasil é de 6.552.707, sendo que 1.788.209 se encontravam nas IES públicas e 4.764.498 em IES privadas.

Podemos perceber com os dados do Censo (2010) o grande número de alunos matriculados nas IES privadas em comparação com as IES públicas brasileiras.

Entendemos que vários fatores podem ser atribuídos a essa expansão. Do lado da demanda, o crescimento econômico, alcançado pelo Brasil nos últimos anos vem desenvolvendo uma busca do mercado por força de trabalho mais especializada; já do lado da oferta, o somatório das políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência na educação superior, dentre elas: o aumento do número de financiamento (bolsas e subsídios) aos alunos. A oferta de vagas na educação superior brasileira historicamente esteve localizada em cursos de bacharelado e na modalidade de ensino presencial. Diante da necessidade de rápida resposta para a formação de profissionais e com a evolução das novas tecnologias, novos formatos de cursos têm sido adotados, como os cursos na modalidade de ensino a distância e os cursos de menor duração voltados à formação profissionalizante de nível superior, chamados tecnológicos. Ao observar a trajetória do número de matrículas na educação superior nos últimos anos, fica evidente o destaque do crescimento desses cursos (CENSO, 2010).

Constatamos o aumento das IES brasileiras e em contrapartida, percebemos que a autonomia das universidades públicas tem sido colocada em discussão com a criação do CONAES (Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior), responsável pelo processo de avaliação e manutenção do SINAES que é responsável pela avaliação de cursos, credenciamento e recredenciamento das IES. Isso

tudo faz parte do pacote neoliberal de ajuste, corte de gastos, enxugamento do Estado (contas públicas) e diminuição do déficit fiscal, equilíbrio da dívida pública.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) não é de todo ruim, democratizou a educação no Brasil e, juntamente com o PNE (Plano Nacional de Educação), forma o PAC da educação, ou seja, para resolver os problemas da educação no Brasil o que não falta é plano. Segundo Jimenez (2010), esses planos seguem a linha da teoria do capital humano. Dessa forma, compõem o PDE: Alfabetização e Educação Continuada, Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica e Ensino Superior.

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) não resolveu o problema da educação e nem de seus profissionais, pois os salários continuam baixos e a implementação progressiva não responde aos anseios da categoria: plano de carreira, jornada de trabalho em um só local e ganhando o suficiente sem precisar trabalhar em mais de uma escola e, às vezes, se dividindo entre escola pública e escola privada para ganhar um pouco mais. A educação vem sofrendo um processo de mensuração na forma da enxurrada de índices, metas e prazos a serem cumpridos. Jimenez (2010, p.11) relata que:

[...] a força de atrelamento embutida nos mecanismos de avaliação do desempenho da escola pública e seus sujeitos, com base na mensuração quanto ao alcance de metas de desempenho, é uma das mais poderosas armas do PDE, haja vista o lugar de destaque que neste ocupa o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

A abertura para iniciativa privada tem fomentado formas alternativas de educação, por exemplo: educação à distância, transformando a educação em um pacote tecnológico, dispensando de certa forma o ambiente científico-pedagógico e, mais, o professor presencial. A educação na sociedade capitalista é atrelada a grupos empresariais que fundamentam o PDE, a cartilha do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que contempla uma infinidade de institutos: Fundação Bradesco, Instituto Gerda, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna. O Estado brasileiro tem subordinado aos banqueiros e indústrias o direcionamento da educação. Argumenta Marx (2009, p. 46):

E é precisamente por esta contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma organização [*Gestaltung*] autônoma como *Estado*, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real [*Realen Basis*] dos laços existentes em todos os conglomerados de famílias e tribais – como de carne e sangue, de língua, de divisão do trabalho numa escala maior, e demais interesse –, e especialmente, como mais tarde desenvolveremos, das classes desde logo condicionadas pela divisão do trabalho e que se diferenciam em todas essas massas de homens, e das quais uma domina todas as outras.

A adesão desse programa alcançou os 25 Estados e 5.563 municípios, assim, a educação desenvolve as parcerias com o setor privado.

Dessa forma, os municípios concorrem com os outros para alcançar suas metas, segundo um padrão: avaliação, índices, gestão, diagnóstico e resultados. Jimenez (2010, p. 12) reforça que:

Assim, consoante a essa lógica, nos municípios e escolas, professores e gestores não de atropelar-se cotidianamente na lida de fraturar a complexa totalidade escolar em metas sobre metas passíveis de medição e controle, a fim de concorrer aos editais que acenam com diferentes “produtos” exibidos nas prateleiras virtuais do PDE e, assim, tentar alcançar os índices pré-estabelecidos.

Esses sistemas avaliativos (Provinha Brasil, ENEM, ENADE) se relacionam com o controle e reprodução do capital no processo de mercantilização da educação, que assumem para si as características de uma empresa: diagnóstico, relatório, metas e resultados, dessa forma, não possibilitando a emancipação humana, mas reproduzindo as contradições do capital.

Emancipação humana e o limite da política

A sociedade não é dependente do Estado, ou seja, o Estado não fundou a sociedade, mas o contrário é que a sociedade é que fundou o Estado. O que é o Estado?

De acordo com Marx (2010), o Estado é um instrumento de dominação de uma classe sobre outra. Partindo do pressuposto de que vivemos numa sociedade de classes antagônicas, ou seja, ricos e pobres, sendo o Estado o mantenedor da ordem, como ele poderia ultrapassar sua própria natureza, equilibrar a ordem numa sociedade desigual?

Acabar com as classes significa acabar com sua função, finalidade (manter a ordem numa sociedade desigual) é para isso que serve o Estado. Para Marx (2009, p. 47-48):

Daqui resulta que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc. etc., não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si (disso os teóricos alemães não percebem uma sílaba, apesar de lhes ter dado para isso indicações suficientes nos *Deutsch – Französische Jahrbücher* e em *A sagrada família*); e também que todas as classes que aspiram ao domínio, mesmo quando o seu domínio, como é o caso com o proletariado, condiciona a superação de toda a velha forma da sociedade e da dominação em geral, têm primeiro de conquistar o poder político, para por sua vez representarem o seu interesse como o interesse geral, coisa que no primeiro momento são obrigadas a fazer.

Dessa forma, alcançar a emancipação por meio da política, da vontade política, é impossível, mesmo sendo a cidadania e a democracia algo bem melhor do que a liberdade do sistema feudal, e mesmo que o trabalhador seja incluído na comunidade política, seus interesses não vão ser alcançados, ou seja, os trabalhadores não serão livres. A cidadania burguesa consiste em votar e ser votado. Isso é suficiente para resolver o problema da pobreza, da miséria, da fome e do desemprego?

A emancipação para Marx (2010) é bem mais ampla do que apenas isso; para ele a comunidade humana é aquela originária da categoria trabalho e faz-se imprescindível uma revolução, mas uma revolução com caráter social, já que, a política reproduz a exploração e a opressão que impedem a autêntica comunidade humana.

Essa autêntica comunidade humana tem como base o trabalho associado, ou seja, todos produzem e ninguém é o dono da produção. A luta eleitoral e parlamentar são incapazes de resolver os antagonismos existentes na sociedade capitalista. A revolução é a ação radical que devolverá a classe produtora da riqueza a sua real importância, assim trazendo para a realidade da atualidade a centralidade do trabalho. Essa revolução só pode acontecer quando as forças produtivas alcançarem um grau elevado que possibilitará o atendimento das necessidades humanas em toda sua extensão. Segundo Marx (2009, p. 50):

Ou como explicar que o comércio, que não é de fato mais do que a troca de produtos de diferentes indivíduos e países, domine o mundo inteiro pela relação de procura e oferta [*Nachfrage und Zufuhr*] – uma relação que, como diz um economista inglês, paira sobre a Terra semelhante ao destino antigo e com mão invisível distribui a felicidade e a infelicidade aos homens, funda impérios destrói impérios, faz nascer [19] e desaparecer povos -, ao passo que com a superação [*Aufhebung*] da base, da propriedade privada, com a regulação comunista da produção e o aniquilamento a ela inerente da alienação [*Fremdheit*] com que os homens se relacionam com o seu próprio produto, o poder da relação de procura e fortalecimento se dissolve em nada e os homens voltam a ter sob o seu domínio a troca, a produção, o modo da sua mútua relação.

O próprio Estado não vai encontrar no próprio Estado a causa dos males sociais. Marx (p. 60, 2010) afirma que: “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição”.

Segundo Jimenez (2010), a educação não tem garantido a qualidade histórica das reivindicações que favorece a emancipação humana, mas reproduz a recuperação da lucratividade do sistema do capital. O que a política pode fazer tem feito há muito tempo, que é remediar os males sociais.

Considerações Finais

A discussão atual da educação nos remete a questão da cidadania e dentro dessa perspectiva que a educação tem sido “democratizada”. Essa democratização da educação tem na verdade reproduzido a lógica do capital, quando existe apoio governamental para promover o ensino superior privado em detrimento do ensino público.

Essas ações, planos de metas para a educação, mostram a busca incessante da eficiência e da produtividade, sendo assim, a educação tem se tornado um ramo de negócio, pois a educação passou a ser estratégia da recuperação da taxa de lucro do sistema do capital, daí suas alianças, diretrizes com os órgãos transnacionais: FMI, Banco Mundial.

A educação, enquanto uma estratégia de emancipação humana é descartada e surge como mercadoria. Portanto, ela favorece a alienação, o distanciamento daquilo que é manifestação humana, a saber, a produção da riqueza, bem como, a distribuição dessa mesma riqueza. A educação poderia nos levar a uma vida plena de sentido, ou seja, a emancipação humana.

Da mesma forma, isso gera a necessidade de uma constante reflexão sobre a sistematização do sistema de Educação Superior brasileiro, a fim de que a oferta esteja de acordo com as necessidades apresentadas pela população, que se movimenta também de acordo com os novos cenários e com as novas demandas do mercado de trabalho.

O momento é bastante delicado. As tensões existentes entre o sistema público e privado, as questões de financiamento da educação superior, a autonomia universitária e a necessidade de constante avaliação para a garantia da qualidade são questões recorrentes nas agendas do setor político e educacional do país.

Reafirma-se, a partir deste estudo, a necessidade de realização de outras pesquisas que acompanhem o processo de consolidação da proposta da emancipação humana e as políticas da educação

superior no Brasil. O Estado cada vez mais tem diminuído seu tamanho, suas funções são cada vez mais privatizadas ou encaminhadas para a nova realidade dos serviços públicos, que são as parcerias público/privado. Assim, a educação pública em todos os seus níveis vem travando uma disputa desigual com a iniciativa privada, quando a educação pública sofre com os aparelhos avaliativos e diminuição de recursos e metas a serem alcançadas, enquanto que a educação privada expande-se assustadoramente. Para o pensamento marxista só uma revolução pode trazer de volta a centralidade do trabalho em vez da centralidade da política, pois a política trabalha para manter a igualdade numa sociedade cada vez mais desigual e desumana.

Referências:

ARCARY, V. Atraso educacional, arcaísmo cultural e injustiça: a longa estagnação do capitalismo periférico das políticas compensatórias. *Integração*, a. XV, n. 59, out. p. 351-355, nov./dez. 2009.

BERTOLDO, E. Crítica marxista às políticas educacionais no Brasil. In: Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana, 2., 2007, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2007.

_____. De trabalhador a profissional da educação: o fim da luta de classes? In: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 5., 2011, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_03/e03f_t001.pdf>. Acesso: 21 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n. 1.827, de 27 de maio de 1999*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1827.htm>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. *Lei 11.128 de 28 de julho de 2005*. Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.../2005/lei/L11128.htm>. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. *Censo da Educação Superior*. Brasília: MEC/INEP, 2010.

JIMENEZ, S. A política educacional brasileira e o Plano de Desenvolvimento da educação (PDE): Uma crítica para além do concerto democrático. In: JIMENEZ, S.; RABELO, J.; SEGUNDO, M. das D. M. (Orgs.). *Marxismo, educação e lutas de classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideopolíticos*. Fortaleza: EdUECE, 2010. p 15-32.

KARL, M. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano”. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *A Ideologia Alemã*. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 01-18. n. 4.

SAVIANI, D. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

Notas:

¹ Especialista em Ensino de Filosofia e Sociologia e docente da Facesta (Faculdade São Tomás de Aquino - Palmeira dos Índios/AL). Membro do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana do CEDU/UFAL. E-mail: modalmoura@gmail.com.

² Doutoranda em Educação PPGE/CEDU/UFAL e membro do Núcleo de Estudo em Educação e Diversidade (NEEDI/UFAL). E-mail: soraya_dayanna@hotmail.com.

- ³ A adesão ao Prouni isenta as instituições de ensino superior do pagamento de quatro tributos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). A isenção vale a partir da assinatura do Termo de Adesão e durante seu período de vigência (dez anos).
- ⁴ A Bolsa Permanência é um benefício com o valor máximo equivalente ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica, destinada exclusivamente ao custeio das despesas educacionais de beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos – PROUNI.
- ⁵ O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), constitui-se em importante instrumento de obtenção de dados para a geração de informações que subsidiaram a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, bem como os estudos acadêmicos e a gestão das instituições de ensino. O Censo coleta informações sobre as Instituições de Educação Superior (IES), os cursos de graduação e sequenciais de formação específica e sobre cada aluno e docente, vinculados a esses cursos.

Recebido em: 07/2013

Publicado em: 10/2013.